

# Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da educação\*

Marilia Pontes Sposito\*\*

A produção de conhecimento na área de Educação, sobretudo aquela derivada dos programas de pós-graduação, demanda a intensificação de estudos que permitam aferir sua trajetória, realizar avaliações críticas e propor novas possibilidades de investigação. Além dos trabalhos dedicados a uma avaliação global da pesquisa na área (Gatti, 1983; Warde, 1993), temas já consolidados vêm sendo, há alguns anos, objeto de investigação, estabelecendo os principais contornos da pesquisa e, ao mesmo tempo, oferecendo profícuas orientações para o desenvolvimento de novos estudos, como é o caso dos balanços sobre Alfabetização, Educação de Jovens e Adultos, Formação de Professores, Trabalho e Educação, entre outros.

Produzir um estado do conhecimento sobre o tema da Juventude na área da Educação constitui, de certa forma, um desafio. Trata-se de um objeto de estudo ainda pouco consolidado na pesquisa, não obstante a sua importância política e social. Sendo várias as fontes possíveis, tornou-se necessário estabelecer alguns recortes que permitissem a realização de um primeiro diagnóstico capaz de oferecer um conteúdo relevante e estimular novos estudos. Optou-se, assim, por traçar um balanço exaustivo da produção discente da Pós-Graduação em Educação de 1980 a 1998.<sup>1</sup> Trata-se de um período importante, pois marcou profundas inflexões na produção acadêmica, derivadas do intenso crescimento dos cursos de pós-graduação na área da Educação e da consolidação de algumas instituições e grupos de pesquisadores vinculados aos programas de pós-graduação e à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

Inicialmente, torna-se necessário considerar que os problemas da análise da produção de conhecimento sobre Juventude abarcam um elenco significativo de questões que incidem, principalmente, sobre o próprio tema eleito para investigação e sua eventual presença nos estudos que constituem o campo da pesquisa educacional.

Para Mauger (1994, p. 6), o trabalho “aparentemente inocente, técnico, de constituição e de apresentação de uma bibliografia, de recenseamento de unidades de pesquisa, de pesquisadores e de trabalhos em curso, coloca um primeiro problema clássico: o da delimitação do domínio dos objetos”. Buscando oferecer um quadro amplo do estado das investigações sobre os jovens na França, esse pesquisador evidencia as dificuldades presentes nesse intento, pois a primeira questão que se apresenta é a da própria definição da categoria Juventude, considerada “epistemologicamente imprecisa”.

Poderíamos concluir que, aparentemente, os pesquisadores interessados em estudar e realizar balanços sobre o tema Juventude estariam diante de uma situação paradoxal de difícil resolução.

\* Uma primeira versão, a partir de dados preliminares da pesquisa, foi publicada na *Revista Brasileira de Educação* (Sposito, 1997).

\*\* Livre-docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

<sup>1</sup> A formação do banco de teses e dissertações foi possível mediante o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O grupo de pesquisa também realizou levantamento da produção discente em Ciências Sociais cobrindo os programas de pós-graduação do eixo Rio–São Paulo, além dos vinculados à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e à Universidade de Santa Catarina (UFSC). Um balanço preliminar dessa produção encontra-se em Haddad e Sposito (1999).

De um lado, qualquer investigação em torno da produção de conhecimento exigiria, como pressuposto, a eleição de uma definição, ainda que provisória, do objeto de estudo, de modo a orientar os critérios de seleção. De outra parte, como afirma Mauger, para formular essa categorização inicial, as dificuldades não são desprezíveis, pois seria quase impossível recorrer a um uso do tema Juventude que se impusesse de modo igual a todos os pesquisadores. Assim, se para ordenar fosse preciso recorrer a critérios comumente utilizados e se, de fato, é problemática a adoção desse mínimo já estabelecido, estaríamos diante de um impasse de difícil resolução.

Uma das formas de resolução desse impasse, para tornar exequível o empreendimento investigativo, reside em reconhecer que a própria definição do tema Juventude encerra um problema sociológico passível de investigação, na medida em que os critérios que a constituem enquanto sujeitos são históricos e culturais. A juventude é uma condição social e, ao mesmo tempo, um tipo de representação (Peralva, 1997). Assim sendo, os estudos podem ser também investigados a partir do modo peculiar como construíram seu arcabouço teórico sobre a condição juvenil.

Pais (1990, p. 140), ao examinar um conjunto expressivo de autores que se dedicaram ao tema da Juventude na Sociologia, realiza um esforço de sistematização, configurando, ao menos, dois grandes blocos que indicam a construção social do campo de estudos: o primeiro compreenderia os trabalhos que consideram a juventude como um conjunto social derivado de uma determinada fase de vida, com ênfase nos aspectos geracionais; para outros, a temática estaria subsumida no interior de outras dimensões da vida social, definida a partir de universos mais amplos e diversificados, sobretudo aqueles derivados das diferentes situações de classe.

Certa polaridade se estabelece, assim, em torno desses estudos, pois a partir da metade dos anos 60 ocorre um debate no interior da Sociologia: trata-se de saber se a juventude “existe” como grupo social relativamente homogêneo, ou se ela é “apenas uma palavra” (Bourdieu, 1980). Para uns, especialmente para Morin (1986), a juventude existiria como um grupo de idade identificado aos modelos culturais das sociedades de massas; para outros, como Chamboredon (1985), a juventude como categoria estaria dissolvida em uma inerente diversidade recoberta pelas múltiplas classes sociais.

Propondo um outro olhar sobre essa aparente dicotomia, Dubet (1996) observa que, para se estabelecer um tratamento analítico sobre a noção de juventude, é preciso reconhecer, preliminarmente, que a moderna condição do jovem encerra uma tensão intrínseca. Para este autor, a experiência desse momento de vida é construída em torno da formação moderna de um mundo juvenil relativamente autônomo e, ao mesmo tempo, como momento de distribuição dos indivíduos na estrutura social.

É evidente, como afirma Attias-Donfut (1996), que as divisões sociais acabam por se impor, sem diluí-las, às divisões de idade, existindo mesmo o risco de manipulação das categorias de idade. Para essa autora, a realidade efervescente e essencialmente mutante dos jovens não poderia ser reduzida a uma dimensão unidirecional; ela não será enfrentada a não ser que se conjuguem várias perspectivas para revelar suas diversas facetas e levar em conta sua complexidade. Segundo Attias-Donfut, três eixos possibilitariam uma aproximação multidirecional da juventude: 1) o período da juventude no quadro da organização de conjunto das etapas de vida; 2) a inscrição dos jovens na filiação e nas relações de gerações implicando o reconhecimento da distribuição social; 3) a formação de “agregados sociais” na origem dos movimentos sociais ou formas específicas de ações e expressões, suscetíveis de exercer uma influência nas sociedades.

Embora ocorra um reconhecimento tácito na maior parte das análises em torno da condição de *transitoriedade* como elemento importante para a definição do jovem – da heteronomia da criança para a autonomia do adulto –, o modo como se dá essa passagem, sua duração e características têm variado nos processos concretos e nas formas de abordagem dos estudos que tradicionalmente se dedicam ao tema.<sup>2</sup> No entanto, a idéia da transição tem sido também objeto de críticas que incidem, ao menos, sob dois aspectos tidos como relevantes. O primeiro diz respeito a uma caracterização da transição como indeterminação – jovens não são mais crianças e também não são adultos,

<sup>2</sup> As formulações de Mannheim (1968 e 1982) constituem contribuições fundamentais sobre o tema da juventude a partir da idéia de transição.

vivendo uma espécie de hiato, na acepção de Salem –, sendo definidos pelo que não seriam; assim, este momento cada vez mais alongado no percurso de vida continuaria, paradoxalmente, sofrendo um conjunto grande de atribuições que o desqualificam exatamente porque se trata apenas de uma passagem. O segundo aspecto incide sobre uma necessária subordinação dessa fase à vida adulta, referência normativa caracterizada pela estabilidade em contraste com a juventude, período da instabilidade e das crises. Como afirmam Melucci (1992) e Vianna (1997), este modo de ver a juventude como mera transição decorre de uma compreensão da ordem social adulta como estática e rígida em posição à pretensa “instabilidade” juvenil, fato que não se sustenta hoje, pois parte significativa do que denominamos condições contemporâneas da vida se inscrevem na insegurança, na turbulência e na transitoriedade.

É preciso reconhecer que, histórica e socialmente, a juventude tem sido considerada como fase de vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados “problemas sociais”, mas o modo de apreensão de tais problemas também muda. No trabalho *De quoi parle-t-on quand on parle du ‘problème de la jeunesse’?*, Bourdieu (1986) examina as ambigüidades presentes nessa expressão. Pais (1990) também alerta para as diferenças existentes entre a definição da juventude enquanto problema social e a definição da juventude enquanto problema para análise sociológica. Os estudos de feição psicológico tendem a privilegiar os aspectos negativos da adolescência, sua instabilidade, irreverência, insegurança e revolta. A Sociologia ora investe nos atributos positivos dos segmentos juvenis, responsáveis pela mudança social, ora acentua a dimensão negativa dos “problemas sociais” e do desvio.

Assim, se nos anos 60 a juventude era tida como um “problema” (já que podia ser definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações) essencialmente situado sobre o terreno dos comportamentos éticos e culturais, a partir da década de 70 os “problemas” de emprego e de entrada na vida ativa tomaram progressivamente a dianteira nos estudos sobre a juventude, quase a transformando em categoria econômica (Pais, 1990; Abramo, 1997).

Do mesmo modo, Jankowski (1992), ao realizar balanço sobre estudos de gangues nos Estados Unidos da América – tema que participa do foco de interesses da sociologia norte-americana desde o início dos anos 20, com a Escola de Chicago –, verifica que houve um arrefecimento desses estudos nos anos 60. Nesse momento, a atenção dos pesquisadores voltava-se para os movimentos de contracultura e para as manifestações estudantis que atingiam a sociedade norte-americana. A partir da década de 80, as pesquisas sobre gangues ocupam novamente o interesse dos estudiosos, não só em virtude do decréscimo da visibilidade das manifestações anteriores, como em decorrência da escalada de violência juvenil que atingiu o país.

Poderíamos considerar como hipótese que, na pesquisa em Educação, ênfases temáticas e categorias de análise não se desvem das influências das conjunturas históricas e dos processos sociais em que se movem, tornando-se mais ou menos permeáveis a essas situações. Parte importante do seu modo de construção se desvela nessa interação. Mas outro elemento a ser considerado é a dinâmica do próprio campo de conhecimento, caracterizado pela adoção de matrizes disciplinares que, segundo Oliveira (1988, p. 15), “articularam de modo sistemático um conjunto de paradigmas, a condição de coexistirem no tempo, mantendo-se todos e cada um ativos e relativamente eficientes”.<sup>3</sup>

Em vista disso, cabe realizar, no âmbito do exame da produção de conhecimento, a análise de como um determinado campo de estudos também vem constituindo teoricamente o tema Juventude como objeto de investigação, seus modos de aproximação do fenômeno em questão, seus recortes principais e, se possível, suas relações com os processos históricos que permitiram a visibilidade desse segmento na sociedade brasileira nos últimos anos.

<sup>3</sup> Por essas razões, Oliveira considera que, no âmbito da Antropologia Social – por extensão, creio ser pertinente sua análise para o campo da Educação –, matriz disciplinar e paradigma não seriam considerados sinônimos. Assim, “à diferença das Ciências Naturais, que os registram em sucessão – num processo contínuo de substituição –, na Antropologia Social os vemos em plena simultaneidade, sem que o novo paradigma elimine o anterior pela via das ‘revoluções científicas’”. Discorda, assim, de Kuhn (1975), pois nesse campo pode ocorrer a convivência, muitas vezes em um mesmo país ou em uma mesma instituição, de várias matrizes. As idéias de Roberto Cardoso de Oliveira foram citadas por Maria Arminda Arruda (1995, p. 123), em seu artigo sobre Florestan Fernandes e a Escola Paulista de Sociologia. Meu contato posterior com as formulações de Oliveira decorre, assim, da leitura do estudo de Arruda.

A adoção desse escopo não isenta o pesquisador da necessidade de utilização de critérios explícitos de classificação, mas essa exigência deve contemplar a idéia de um certo grau de flexibilidade, para possibilitar, inclusive, o exame de estudos que realizaram aproximações indiretas sobre a temática.

A fixação de alguns critérios relativos à faixa etária constituiu o procedimento inicial e útil para a seleção dos trabalhos, pois compreende uma primeira delimitação como ponto de partida. Mas, mesmo neste caso – a delimitação da faixa etária –, foi preciso considerar as condições sociais em que se opera o desenvolvimento dos ciclos de vida em sociedades como a brasileira.<sup>4</sup> Integramos no amplo conjunto denominado juventude os segmentos etários que vão de 15 a 24 anos, seguindo as orientações de trabalhos na área demográfica (Brasil, CNPD, 1998). É preciso considerar os estritos limites em que essa delimitação opera e seu caráter preliminar, pois há enormes diferenças de tratamento dos dados, inclusive sob o ponto de vista sociodemográfico. Sob o ângulo restrito das estatísticas, os estudos tendem, em alguns países europeus, a alongar os limites superiores da faixa etária, mediante a incorporação da população com a idade de 29 anos (Bauby e Gerber, 1996). Esse alongamento tem sido tratado como um desafio para a investigação, revelador de uma nova fase – a pós-adolescência – que estaria configurando um período de latência ou de moratória social, pois o jovem, ao concluir sua escolaridade, não consegue se inserir nas atividades profissionais do mercado de trabalho formal (Chamboredon, 1985; Muxel, 1994). Mas, para o conjunto da sociedade brasileira, a tendência maior é a de antecipação do início da vida juvenil para antes dos 15 anos, uma vez que certas características de autonomia e inserção em atividades no mundo do trabalho – típicas do momento definido como de transição da situação de dependência da criança para a autonomia completa do adulto – tornam-se o horizonte imediato para grande parcela dos setores empobrecidos.

De qualquer modo, a delimitação da faixa etária para o levantamento das dissertações e teses não consistiu em mera atribuição burocrática, mas resultou de cuidadoso critério de definição da pertinência ou não do estudo em questão, possibilitando, em alguns casos, a incorporação de pesquisas de faixas etárias um pouco anteriores ou superiores ao universo 15-24 anos.

As questões acima enunciadas são, visivelmente, expressão de processos históricos peculiares que resultaram, nos últimos anos, na superação do “modelo de instalação” na passagem para a vida adulta (Galland, 1991). Para Galland, a entrada na vida adulta significa ultrapassar três etapas importantes, delimitadas pela partida da família de origem, pela entrada na vida profissional e pela formação de um casal. Segundo este autor, os segmentos operários eram caracterizados, no início do século, pela instantaneidade da passagem da infância à vida adulta e pela concordância necessária dessas três etapas. Em oposição, o modelo burguês delineava-se pela idéia do “diletantismo”, que possibilitava adiar o momento e as etapas definitivas de entrada na vida adulta, sem renunciar, no entanto, a conhecer certas formas de independência.

As transformações observadas nos sistemas escolares ao longo do século 20, que definiram um alongamento da permanência no interior da escola para novos segmentos sociais, e as condições diferenciais de acesso ao mundo do trabalho – sem significar a formação de uma nova unidade conjugal ou o abandono da casa paterna –, exigiram novas modalidades de compreensão para essa passagem, sobretudo nas sociedades urbanizadas, tanto centrais como periféricas. Chamboredon (1985) propõe, assim, a multiplicidade e a desconexão das diferentes etapas de entrada na vida adulta. Em decorrência, tanto a *descristalização*, significando dissociação no exercício de algumas funções adultas, como a *latência*, que separa a posse de alguns atributos do seu imediato exercício, seriam elementos importantes para o estudo dos jovens nos dias atuais. O primeiro caso – o da descristalização – oferece como exemplo o exercício das atividades adultas da sexualidade já na puberdade, dissociado das funções reprodutivas e familiares; o segundo caso – o da latência – seria ilustrado pela situação de

<sup>4</sup> De acordo com Chamboredon (1985), o conceito de ciclo de vida, útil para fins descritivos, pode ser enganador se sugere a determinação natural dessas etapas e o caráter universal, homogêneo e estável de seu conteúdo.

posse de habilitação profissional oferecida pelo sistema escolar sem o imediato ingresso no mercado de trabalho, situação típica de países como a França (Chamboredon, 1985, p. 21). Considerando as relações presentes nos modos de reprodução das diversas classes sociais, torna-se também um desafio conceber a multiplicidade e a desconexão das diferentes etapas dessa passagem para a vida adulta, incorporando as situações peculiares da vida urbana e rural e as inevitáveis dimensões de gênero, tão pouco consideradas nos estudos sobre Juventude.<sup>5</sup>

Nessa mesma direção, Attias-Donfut (1996) afirma que a entrada na vida adulta se faz cada vez de modo progressivo, segundo etapas variáveis e “desreguladas” ou “desnormalizadas”. Estaríamos, portanto, diante da “desinstitucionalização” do ciclo de vida ternário centrado sobre o trabalho e da “descronologização” do percurso das idades, que participam, assim, na reconstrução dos grupos sociais, com a entrada dos velhos jovens e a saída dos jovens velhos no mercado de trabalho (Kohli, apud Attias-Donfut, 1996).

As observações anteriores incidem sobre o fato irrecusável do *alongamento da transição* como produto da modernidade, que exige, cada vez mais, considerar a juventude como um momento do percurso de vida capaz de reter sua peculiar forma de vivê-lo e menos como mera etapa preparatória para a vida adulta. No entanto, como afirma Chamboredon (1985), não se trata de uma simples extensão da duração dessa fase, mas de um processo de reestruturação e recomposição dos atributos sociais da juventude e das formas de inserção da maturidade nas sociedades modernas.

Além do critério etário e dos cuidados teórico-metodológicos de sua adoção, foi preciso recorrer a outros procedimentos que permitiram incorporar os *usos associados, ainda que indiretamente, à noção de juventude*.<sup>6</sup> Esses procedimentos foram essenciais, pois, como se trata de um campo de pesquisas ainda em constituição, a própria categoria jovem enquanto momento do percurso de vida pouco aparece na maioria das teses e dissertações selecionadas. Tratando-se de pesquisas realizadas na área da educação, observa-se que o modo mais freqüente de identificação dos sujeitos foi a partir da condição de aluno ou de estudante, mas também foi recorrente à designação estudante-trabalhador, indicando outras dimensões presentes na experiência juvenil brasileira. Parte significativa da produção discente recorreu ao descritor adolescente, aproximando-se das orientações calcadas na Psicologia da Educação.

Por essas razões, embora a ênfase do estado do conhecimento seja o tema Juventude tal como vem sendo trabalhado pela Sociologia, tornou-se inevitável a incorporação dos estudos que examinaram os adolescentes a partir do olhar da Psicologia, disciplina responsável pelas orientações teóricas de parte significativa da produção discente.<sup>7</sup>

De posse desses critérios iniciais, foi preciso percorrer a vasta produção do período (1980-1998) sintetizada nos resumos publicados pelo CD-ROM da ANPEd, compreendendo 1.167 teses e 7.500 dissertações, perfazendo um total de 8.667 trabalhos.<sup>8</sup> Desse conjunto, foram identificadas 332 dissertações e 55 teses (Tabelas 1, 2 e 3), correspondendo a 4,4% da produção total em Educação.<sup>9</sup>

Embora a presença dos estudos sobre Juventude seja reduzida no interior da produção discente global na área da Educação, observa-se sensível crescimento, pois cerca de metade da

<sup>5</sup> A essas situações poderiam ser acrescentados os temas relativos às etnias.

<sup>6</sup> Esse uso é também reconhecido por Mauger (1994).

<sup>7</sup> Não foram classificados os estudos que trataram de componentes específicos do processo de ensino e aprendizagem – os de natureza estritamente pedagógica – que visavam a uma percepção de questões relacionadas ao modo como ocorre a absorção de conceitos, conteúdos e novas metodologias de ensino. Não constam também do levantamento as dissertações e teses que examinaram populações portadoras de algum tipo de deficiência. Sobre a forte presença dos temas psicológicos na pesquisa em educação, consultar Warde (1993).

<sup>8</sup> Duas observações devem ser feitas diante de possíveis falhas no levantamento. A primeira reside na sistemática de documentação, pois nem sempre os programas de pós-graduação conseguem enviar todos os resumos dos trabalhos defendidos, não importando, aqui, os motivos que dificultam essa tarefa. Assim, o próprio CD-ROM da ANPEd pode conter algumas omissões, fato que foi comprovado no desenvolvimento do levantamento. A segunda incide sobre a fonte inicial, que é o resumo produzido pelo autor do trabalho. Há disparidades visíveis na qualidade dos resumos, que provocam, em algumas ocasiões, sérias dificuldades de compreensão da natureza da pesquisa, seu objeto e formas de investigação.

<sup>9</sup> Embora tenha sido possível levantar os resumos de trabalhos do ano de 1980 mediante listagens oferecidas pela ANPEd, os dados globais da produção não integram esse ano, porque o CD-ROM que reuniu as informações contidas em todos os cadernos oferece informações apenas a partir do ano de 1981.

produção está concentrada nos últimos quatro anos (1995-1998), subperíodo em que, de modo relativo, o tema ganha maior participação na área como um todo.<sup>10</sup>

**Tabela 1 – Participação da produção acadêmica em Juventude sobre o total nacional (1980-1998)\***

ANOS	PRODUÇÃO TOTAL EM EDUCAÇÃO			PRODUÇÃO EM JUVENTUDE			
	DISSER- TAÇÕES	TESES	TOTAL	DISSER- TAÇÕES	TESES	TOTAL	(%)
1980**	-	-	-	9	0	9	-
1981	150	4	154	16	0	16	10,4
1982	161	4	165	7	1	8	4,8
1983	227	11	238	4	0	4	1,7
1984	318	17	335	18	0	18	5,4
1985	205	22	227	16	3	19	8,4
1986	211	16	227	9	1	10	4,4
1987	244	26	270	12	0	12	4,4
1988	340	35	375	8	1	9	2,4
1989	383	58	441	17	7	24	5,4
1990	419	41	460	11	4	15	3,3
1991	404	47	451	14	1	15	3,3
1992	537	87	624	11	5	16	2,6
1993	526	88	614	15	1	16	2,6
1994	612	86	698	13	1	14	2,0
1995	695	107	802	42	6	48	6,0
1996	693	142	835	39	8	47	5,6
1997	685	206	891	34	10	44	5,0
1998	690	170	860	37	6	43	5,0
<b>TOTAL</b>	<b>7.500</b>	<b>1.167</b>	<b>8.667</b>	<b>332</b>	<b>55</b>	<b>387</b>	<b>4,4</b>

\* Os dados relativos à produção nacional foram obtidos no CD-ROM da ANPEd, 3ª edição.

\*\* O ano de 1980 não consta do CD-ROM da ANPEd.

Apesar de ser significativo, mesmo em termos relativos, o incremento da produção discente em Juventude, é preciso considerar que, nesse mesmo subperíodo, se observa também um crescimento expressivo no número total de teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação. Por essa razão, é ainda prematura qualquer suposição em torno de um maior interesse sobre esse campo de investigações no interior da área da Educação, embora seja possível inferir que, a partir de meados da década de 90, tenha havido um crescimento que se estabiliza em torno de 5,5 % da produção nacional.

<sup>10</sup> A frequência maior no primeiro período (1980-1985) decorre da forte presença dos estudos de inspiração psicológica.

**Tabela 2 – Distribuição da produção discente em Juventude, por data de defesa**

ANOS	DISSERTAÇÕES		TESES		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1980	9	2,7	0	0,0	9	2,3
1981	16	4,8	0	0,0	16	4,1
1982	7	2,1	1	1,8	8	2,1
1983	4	1,2	0	0,0	4	1,1
1984	18	5,7	0	0,0	18	4,6
1985	16	4,8	3	5,6	19	4,9
1986	9	2,7	1	1,8	10	2,7
1987	12	3,7	0	0,0	12	3,1
1988	8	2,4	1	1,8	9	2,3
1989	17	4,8	7	12,7	24	6,2
1990	11	3,6	4	7,3	15	3,8
1991	14	4,2	1	1,8	15	3,9
1992	11	3,0	5	9,1	16	4,1
1993	15	4,5	1	1,8	16	4,1
1994	13	3,9	1	1,8	14	3,6
1995	42	12,7	6	10,9	48	12,4
1996	39	11,7	8	14,5	47	12,1
1997	34	10,3	10	18,2	44	11,4
1998	37	11,2	6	10,9	43	11,1
<b>TOTAL</b>	<b>332</b>	<b>100</b>	<b>55</b>	<b>100</b>	<b>387</b>	<b>100</b>

**Tabela 3 – Distribuição da produção discente em Juventude, por subperíodo**

SUBPERÍODOS	DISSERTAÇÕES	TESES	TOTAL	%
1980-1984 (5 anos)	54	1	55	14,2
1985-1989 (5 anos)	62	12	74	19,1
1990-1994 (5 anos)	64	12	76	19,6
1995-1998 (4 anos)	152	30	182	47,0
<b>TOTAL</b>	<b>332</b>	<b>55</b>	<b>387</b>	<b>100</b>

Algumas instituições se destacam na pesquisa em torno do tema Juventude, como a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). No entanto, um olhar cauteloso sobre os dados é necessário, pois se trata de um grupo antigo com programas de pós-graduação, fato que, inevitavelmente, colabora para os maiores índices na produção discente (Tabela 4). Em decorrência do próprio movimento de expansão da pós-graduação, observa-se, também, que a maior parte da produção (84%) se localiza na Região Sudeste (Tabela 5).

**Tabela 4 – Distribuição da produção acadêmica discente em Juventude, por instituição**

INSTITUIÇÕES	DISSER- TAÇÕES	TESES	TOTAL	%
PUC-SP	40	10	50	12,9
UFRGS	29	8	37	9,6
Unicamp	22	11	33	8,5
USP	20	11	31	8,0
UFRJ	25	4	29	7,5
PUC-RS	25	1	26	6,7
PUC-RJ	11	4	15	3,9
UFF	14	0	14	3,6
Iesae/FGV	14	0	14	3,6
UFBA	14	0	14	3,6
UFMG	11	2	13	3,3
UFSCar	12	1	13	3,3
UFPB	11	0	11	2,8
Uerj	10	0	10	2,6
Unimep	9	0	9	2,3
Unesp-Marília	5	3	8	2,1
UFPR	7	0	7	1,8
UFGO	7	0	7	1,8
UFCE	6	0	6	1,5
UFMT	6	0	6	1,5
PUC-Camp	6	0	6	1,5
Ufes	4	0	4	1,0
UFMS	4	0	4	1,0
UnB	4	0	4	1,0
UFU	3	0	3	0,8
UFRN	3	0	3	0,8
UFPI	2	0	2	0,5
UFPE	2	0	2	0,5
UFPA	2	0	2	0,5
UFSC	2	0	2	0,5
UCP	1	0	1	0,2
Sem identificação	1	0	1	0,2
<b>TOTAL</b>	<b>332</b>	<b>55</b>	<b>387</b>	<b>100</b>



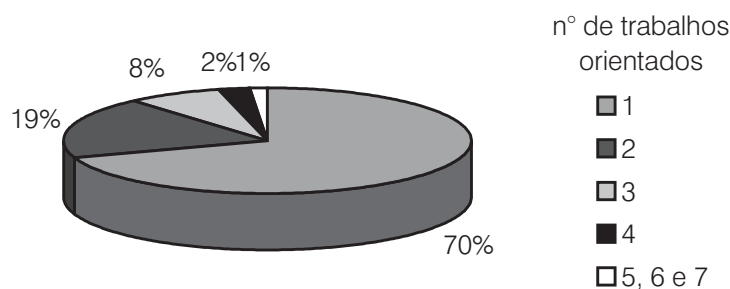
**Tabela 5 – Distribuição da produção discente sobre Juventude, por região e unidade federada**

REGIÕES/UF	DISSER- TAÇÕES	TESES	TOTAL	%
Centro-Oeste	21	0	21	5,4
Distrito Federal	4	0	4	1,0
Goiás	7	0	7	1,8
Mato Grosso	6	0	6	1,5
Mato Grosso do Sul	4	0	4	1,0
Nordeste	38	0	38	9,8
Bahia	14	0	14	3,6
Ceará	6	0	6	1,5
Paraíba	11	0	11	2,8
Piauí	2	0	2	0,5
Pernambuco	2	0	2	0,5
Rio Grande do Norte	3	0	3	0,8
Norte	2	0	2	0,5
Pará	2	0	2	0,5
Sudeste	207	46	253	65,4
Espírito Santo	4	0	4	1,0
Minas Gerais	14	2	16	4,1
Rio de Janeiro	75	8	83	21,4
São Paulo	114	36	150	38,7
Sul	64	9	73	18,6
Paraná	7	0	7	1,8
Rio Grande do Sul	54	9	63	16,3
Santa Catarina	2	0	2	0,5
Sem identificação	1	0	1	0,2
<b>TOTAL</b>	<b>332</b>	<b>55</b>	<b>387</b>	<b>100</b>

A dispersão do número de orientadores<sup>11</sup> é significativa: para um total de 387 trabalhos, foram identificados 252 professores nessa condição. Apenas alguns professores apresentaram maior concentração de dissertações e teses orientadas<sup>12</sup> (Gráfico 1). No entanto há que se reconhecer o fato de que vários pesquisadores ingressaram há pouco tempo como orientadores da pós-graduação em Educação, implicando uma frequência baixa de teses orientadas na temática. Assim, o número de trabalhos por orientador não pode significar, isoladamente, ausência de interesse no tema, mas é inegável que revela, ao menos, uma grande dispersão sob o ponto de vista da área como um todo.

<sup>11</sup> A listagem completa dos orientadores encontra-se anexa, no final do presente texto.

<sup>12</sup> Augusto Triviños, Mirian Sirley Comiotto e Juan José Mosquera orientaram sete trabalhos cada um, Maria Laura Barbosa Franca, seis, José Carmelo Braz de Carvalho e Tania Dauster, cinco cada um.



**Gráfico 1 – Distribuição dos orientadores conforme o número de trabalhos orientados**

O agrupamento das teses e dissertações levantadas foi realizado a partir dos seus recortes temáticos, sendo privilegiado o que o autor considerou como objetivo principal do texto. Cientes da inevitável arbitrariedade das decisões de cunho metodológico, apontamos, sempre que possível, as eventuais superposições temáticas, de modo a indicar ao leitor caminhos alternativos de acesso aos estudos. Embora as ênfases estivessem centradas na Sociologia e na Psicologia da Educação, foi possível perceber, como um traço da produção sobre Juventude, certa fluidez ou ambigüidade diante de suas matrizes disciplinares.<sup>13</sup> Muitos trabalhos, embora pretendessem adotar uma perspectiva eminentemente sociológica, recorreram, de fato, a um conjunto de formulações filosófico-políticas – ou mesmo pedagógicas – que acompanharam o debate na área da Educação em determinadas conjunturas políticas. Mesmo no âmbito da Psicologia da Educação, o campo disciplinar foi definido de forma ambígua, embora seja importante apontar que foi a partir dessa disciplina que se constituiu a investigação em Educação, resultando uma forte presença dos estudos sobre Juventude no início da década de 80. A crítica ao “psicologismo” estabelecida no final dos anos 70, pelo seu caráter redutor da realidade do sujeito ou da instituição escolar, implicou, para muitos pesquisadores, a exigência de ampliação de seus referenciais, de modo a legitimar o seu próprio interesse disciplinar. De certo modo, ocorre como efeito contrário um “sociologismo” estreito ou, ao menos, uma imbricação nem sempre bem articulada entre a teoria psicológica e uma adesão a pressupostos filosófico-pedagógicos capazes de fazer a crítica da escola e da sociedade.<sup>14</sup>

Considerando-se apenas o tema principal, foi possível classificar o conjunto da produção discente em dez eixos capazes de aglutinar os interesses da pesquisa sobre Juventude nos últimos 18 anos (Tabela 6).

**Tabela 6 – Distribuição da produção em Juventude, por temas**

(continua)

TEMAS	DISSER- TAÇÕES	TESES	TOTAL	%
Jovens, Mundo do Trabalho e Escola	73	7	80	20,67
Aspectos Psicossociais de Adolescentes e Jovens	67	9	76	19,63
Adolescentes em Processo de Exclusão Social	57	7	64	16,53
Jovens Universitários	40	14	54	13,95
Juventude e Escola	45	5	50	12,91
Jovens e Participação Política	15	8	23	5,94
Mídia e Juventude	11	2	13	3,35

<sup>13</sup> Este é um traço que marca também outros campos de investigação na área da Educação.

<sup>14</sup> A análise das principais referências teóricas evidencia uma recorrência de autores, tanto presentes nos trabalhos de cunho sociológico como de cunho psicológico, tornando difícil estabelecer muitas vezes a filiação disciplinar do estudo.

(conclusão)

TEMAS	DISSERTAÇÕES	TESES	TOTAL	%
Jovens e Violência	8	3	11	2,84
Grupos Juvenis	9	0	9	2,32
Jovens e Adolescentes Negros	4	0	4	1,03
Outros*	3	0	3	0,77
<b>TOTAL</b>	<b>332</b>	<b>55</b>	<b>387</b>	<b>100</b>

\* O tema Outros inclui uma dissertação sobre Educação Ambiental e dois trabalhos sobre Práticas Esportivas.

As relações entre trabalho e educação (ensino fundamental e médio), no âmbito da faixa etária, ocuparam 20,6% dos temas, incluindo a pesquisa sobre os estudantes trabalhadores e os cursos noturnos,<sup>15</sup> sendo este o assunto com maior número de dissertações e teses no interior dos estudos sobre Juventude.

Um foco de estudo bastante importante durante todo o período examinado – *Aspectos Psicossociais de Adolescentes e Jovens* – consiste no exame de comportamentos envolvendo valores, julgamento moral, capacidade crítica, representações, sexualidade, drogas, relações familiares, gênero e identidade, integrando 19,6% da produção total.

As relações dos jovens com a escolaridade são tratadas em três momentos: o primeiro, *Juventude e Escola*, examina tanto o nível de ensino fundamental como o do médio, sob a perspectiva do aluno; o segundo prolonga-se no exame da tríade *Jovens, Mundo do Trabalho e Escola*, quando é enfatizada a experiência do aluno da educação básica que trabalha – nesse caso, os cursos noturnos, a profissionalização, a escolha profissional e os significados do trabalho tornam-se o eixo privilegiado de interesse; o terceiro momento, *Jovens Universitários*, reúne a produção que estudou os alunos do ensino superior no Brasil e encerra o conjunto de pesquisas que privilegiaram as relações dos jovens com a instituição escolar. É possível, pois, perceber a força expressiva dessas temáticas, uma vez que as relações dos jovens com as formas institucionais do processo educativo – ensino fundamental, ensino médio e educação superior – significaram 47,5% dos assuntos tratados nas dissertações e teses.

Nesse conjunto, constituído pelos três temas, podem ser observadas, ainda, algumas diferenças importantes. A pesquisa sobre os alunos do nível superior ocupou menor atenção e apresenta índices declinantes na produção discente, que privilegiou, sobretudo, a educação básica (ensino fundamental e ensino médio): *Jovens, Mundo do Trabalho e Escola* e *Juventude e Escola*.<sup>16</sup>

De modo surpreendente, o tema *Adolescentes em Processo de Exclusão Social*, recente na pesquisa educacional, cobriu 16,5% da produção discente sobre Juventude, ultrapassando assuntos tradicionais, como a relação dos jovens com a escola ou com o próprio ensino superior. O foco privilegiado de interesse incidiu sobre os programas – estatais e civis – destinados ao atendimento dessa população, o perfil e sociabilidade desses grupos.

Os estudos sobre a participação política do jovem – sobretudo aquela derivada da participação estudantil –, abarcados pelo tema *Jovens e Participação Política*, embora ocupem o interesse de alguns pesquisadores no final dos anos 60, configurando uma importante produção das Ciências Sociais no Brasil, têm fraca presença nos estudos educacionais sobre Juventude (5,9%).

Há, finalmente, um conjunto de temas considerados emergentes (compreendendo 8,5% do total da produção) que alargam o espectro de investigações e revelam, ao mesmo tempo, eixos ainda pouco explorados: *Mídia e Juventude*, *Grupos Juvenis* e *Jovens e Violência*. No entanto, surpreende a minguada

<sup>15</sup> Ver também "Problemática 1 – o aluno trabalhador e o ensino noturno", item que integra o subtema Os Efeitos da Expansão, do tema *Jovens Universitários* (p.137 deste trabalho).

<sup>16</sup> A produção sobre os jovens no ensino superior dedicou-se ao estudo do destino ocupacional e expectativas profissionais dos alunos, buscando traçar seu perfil. Como exemplo, citaríamos estudos que trataram de carreiras como enfermagem, medicina, etc.

participação da temática racial ou étnica<sup>17</sup> (crucial para uma compreensão mais densa da sociedade brasileira e das desigualdades educacionais) nas pesquisas sobre os jovens e adolescentes, perfazendo 1% do total da produção sobre Juventude e somando apenas quatro trabalhos. Os estudos sobre juventude e gênero estão escassamente disseminados em alguns dos subtemas, evidenciando, ainda, sua fraca presença na pesquisa discente.

O exame da produção compreendendo a sua evolução temática nos últimos anos revela importantes inflexões na área dos estudos sobre Juventude (Tabela 7). Há temas mais fortemente presentes na década de 80 que perdem, de modo gradativo, espaço no interior do campo. Este é o caso do estudo dos *Aspectos Psicossociais de Adolescentes e Jovens*, que chegou a ter uma presença de 35% no primeiro quinquênio e cai para apenas 17% nos últimos quatro anos. Na mesma direção, observa-se o decréscimo de interesses em torno dos jovens alunos do ensino superior e da escola fundamental e média. A tríade *Jovens, Mundo do Trabalho e Escola* passa a ocupar um espaço forte no início da década de 90, apresentando forte declínio no último subperíodo. Por sua vez, é visível que o tema *Adolescentes em Processo de Exclusão Social* se configura como interesse mais forte somente a partir de 1995, quando passa a ocupar quase 25% do total da produção sobre Juventude. Os temas *Jovens e Participação Política*, *Mídia e Juventude* e *Jovens e Violência* mostram presença estável nos últimos anos; no entanto, os estudos abrangidos pelos temas *Grupos Juvenis* e *Jovens e Adolescentes Negros* se configuram como de interesses bem recentes, pois os trabalhos foram concluídos somente a partir de meados da década de 90.

**Tabela 7 – Distribuição da produção sobre Juventude, por subperíodo**

TEMAS	SUBPERÍODOS				TOTAL (%)
	1980-1984 (%)	1985-1989 (%)	1990-1994 (%)	1995-1998 (%)	
Jovens, Mundo do Trabalho e Escola	21,4	19,3	36,9	14,3	20,6
Aspectos Psicossociais de Adolescentes e Jovens	35,7	21,9	11,9	17,0	19,6
Adolescentes em Processo de Exclusão Social	10,7	8,2	9,2	24,8	16,5
Jovens Universitários	16,1	17,8	15,8	11,0	13,9
Juventude e Escola	12,5	16,4	13,1	11,6	12,9
Jovens e Participação Política	0,0	6,8	5,3	7,7	5,9
Mídia e Juventude	1,8	4,1	2,6	3,8	3,3
Jovens e Violência	1,8	1,4	3,9	3,3	2,8
Grupos Juvenis	0,0	1,4	1,3	3,8	2,3
Jovens e Adolescentes Negros	0,0	0,0	0,0	2,2	1,0
Outros	0,0	2,7	0,0	0,5	0,7
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

<sup>17</sup> Alguns dos estudos sobre grupos juvenis enfatizaram também a questão do negro, especialmente aqueles que estudaram alguns dos estilos musicais que aglutinam a presença juvenil.

## TRILHAS ABERTAS PARA A ANÁLISE

Várias interrogações se impõem ao investigador após o exame desses dados resultantes do levantamento empreendido sobre a produção discente na pós-graduação em Educação de 1980 a 1998.

A pequena participação do que amplamente poderíamos designar como o campo dos estudos sobre Juventude na área da Educação decorre das características da própria produção, marcada pela dispersão e variação temática, de acordo com as análises responsáveis pela avaliação acadêmica da área (Gatti, 1983; Warde, 1993). Assim,

a dispersão e a variação temática continuam a ser características predominantes sobre a unidade e a continuidade. Não se trata de diversidade, traço positivo a ser conquistado e preservado, mas de: a) fragmentação dos temas numa multiplicidade de subtemas ou assuntos; b) pulverização dos campos temáticos; e c) descontinuidade no trato dos assuntos (Warde, 1993, p. 69).

Mas a investigação realizada por Warde (1993, p. 57) aponta, também, a preferência por temas pedagógicos, apresentando um índice rápido de crescimento na época (1982-1991), principalmente os trabalhos sobre o ensino de disciplinas ou áreas de estudo, compreendendo gama variável de aspectos, tais como metodologias, técnicas de ensino, didáticas, planejamento, entre outros.

A ênfase nas pesquisas de natureza estritamente pedagógica, de acordo com Warde, parece decorrer da entrada na pós-graduação, nos anos 80, de um número não desprezível de professores e técnicos de ensino ligados, por formação e atuação, à educação básica e, em menor quantidade, ao ensino superior. Ao que tudo indica, interessados em compreender a escola, esses pesquisadores voltaram-se, sobretudo, para a investigação de aspectos pedagógicos, revelando forte interesse no processo de aprendizagem, mas com escassa ênfase no movimento de se buscar conhecer o aluno em sua condição complexa, no nosso caso adolescentes ou jovens, como sujeitos aos quais se destina a atividade educativa da escola.

Tal fato parece auxiliar, também, na explicação do isolamento da área em relação às demais ciências humanas, estabelecendo apenas em alguns temas e por parte de alguns pesquisadores “um diálogo diferenciado com outras áreas de investigação social” (Warde, 1993, p. 69).

Essas questões iniciais já permitem uma indagação importante. No campo de estudos sobre jovens, consolidado nesse conjunto de dissertações e teses cujos dados foram apresentados, percebe-se a sua fraca participação se considerarmos a totalidade da produção da área nos últimos 18 anos. Mas, nas teses e dissertações reunidas, estaria ocorrendo esse diálogo apontado por Warde, mediante a constituição de uma área de estudos sobre jovens, ainda que incipiente, no interior da pesquisa em Educação? Ou, reduzindo as expectativas e propondo a questão de forma mais modesta, poderíamos admitir a hipótese de que no interior dos estudos sobre a Educação, estaria sendo contemplada, ainda que em caráter incipiente, uma forma de aproximação inspirada nas disciplinas compreendidas pelas Ciências Sociais para a análise do sujeito ao qual se destina o processo educativo, particularmente na faixa etária que abrange os segmentos juvenis? Apesar de seu decréscimo na década de 90, seriam ainda os estudos de cunho psicológico o campo privilegiado de interlocução com outras áreas de investigação científica, no caso a Psicologia?

Trata-se de abrir algumas hipóteses em torno de uma produção muito desigual quanto à sua qualidade. Há problemas na elaboração das dissertações e teses que reproduzem algumas limitações já verificadas em outros eixos do conhecimento na área da Educação: formulação teórica frágil, em geral inspirada em fontes secundárias e não nos próprios autores já considerados clássicos na respectiva área de estudos; escasso diálogo com o corpo teórico da disciplina de origem – Sociologia e Psicologia; dissociação entre o enunciado teórico e a parte empírica; e, finalmente, trabalhos conduzidos de forma apressada sob o ponto de vista empírico, muitas vezes distantes de qualquer rigor nas estratégias de investigação.

A produção discente sobre Juventude é, também, fortemente influenciada pela centralidade da escola, provocando uma forte adesão ao estudo do jovem a partir de sua condição de aluno. Como afirma Dubet, essa ênfase na condição de estudante ou de aluno é até compreensível e faz com que os estudos sobre Juventude, sobretudo os de cunho sociológico, se desloquem, necessariamente, para uma análise ou sociologia da escola. “Isso não significa que os jovens não sejam mais definidos por suas origens sociais, mas que a posição no sistema escolar torna-se um dos fatores essenciais da organização das experiências juvenis” (Dubet, 1996, p. 28).

Mas um dos limites dessa produção discente sobre o aluno ou o estudante residiria na inexistência de nexos empíricos e teóricos capazes de absorver outras dimensões da experiência socializadora e da sociabilidade do educando que afetariam os patamares em que se dá a sua vida escolar. As pesquisas estariam, assim, privilegiando, no estudo do sujeito, apenas a sua condição mais visível de aluno, desfigurada do seu modo efetivo de existência.

Quando a relação do aluno com a instituição escolar foi proposta como objeto de pesquisa, quase sempre foi evidenciada a idéia do fracasso escolar como eixo forte de interesse por parte dos alunos da pós-graduação. Os fatores econômicos constituíram, inicialmente, a variável capaz de explicar todas as situações de desajuste da escola que culminavam com a exclusão escolar – da escola e na escola, na acepção de Ferrari (1999). Com o decorrer dos anos, as dimensões propriamente escolares desse processo começam a aparecer, assumindo os estudos, muitas vezes, um tom de denúncia. No entanto, essa atribuição de razões para o insucesso na escola acaba por assumir caráter extremamente reiterativo. Apesar de Zaia Brandão (1983) ter apontado a exaustão do tema do fracasso escolar como objeto de pesquisa, houve ainda, tanto nos anos 80 como na década de 90, um conjunto de estudos que, sistematicamente, repetiu conclusões já observadas em trabalhos anteriores.

Verifica-se um importante ponto de inflexão nesse universo de dissertações e teses na adoção da categoria *Estudante-Trabalhador* no âmbito das investigações que também procuraram entender a escola noturna e as relações entre educação e trabalho.<sup>18</sup> Ou seja, para grande parte da população escolar, a categoria aluno não possibilitaria uma aproximação mais global de suas práticas escolares, interesses e modos de sociabilidade. Por essas razões, a pesquisa voltou-se para o exame dessas formas híbridas que caracterizariam a experiência educativa da maioria da população de origem trabalhadora da sociedade brasileira que está no ensino fundamental e médio, tanto em sua modalidade regular como supletiva. Focalizando a precariedade e a inadequação da escola, há um conjunto de teses que tratam da experiência dos alunos trabalhadores, evidenciando a distância da escola em relação ao mundo do trabalho. Mas esse reconhecimento, ao se tornar reiterado em todo o período, provoca, também, certo esgotamento na pesquisa, que acaba por repetir conclusões de estudos anteriores, sem apontar, de fato, um conhecimento novo. Mesmo assim, é preciso reconhecer que, ao traçar um quadro extremamente repetitivo das condições escolares e de sua distância do mundo dos alunos trabalhadores, a pesquisa discente retrata, na verdade, a inércia do sistema escolar público no Brasil, que não consegue enfrentar essa realidade de modo satisfatório. Mas é evidente que experiências de políticas públicas recentes, sobretudo no âmbito municipal, poderiam estar apontando outros caminhos, demandando, assim, um novo conjunto de investigações.

De qualquer modo, fica nítido o fato de que a compreensão da vida escolar está exigindo, também, novos aportes da pesquisa, uma vez que, além da sua frágil capacidade de transmissão de conhecimentos e valores considerados legítimos pela sociedade, estaria ocorrendo, no seu interior, a emergência de formas de sociabilidade juvenil não contempladas nas investigações (Dubet, 1991; Dubet, Martuccelli, 1996). Ao que tudo indica, estaria ocorrendo um padrão de esgotamento das análises sobre a escola no Brasil que privilegiariam apenas a experiência pedagógica e os mecanismos presentes na distribuição do conhecimento escolar, sem levar em conta outras dimensões e práticas

<sup>18</sup> O primeiro trabalho localizado data de 1981. Embora ele não utilize a expressão “estudante-trabalhador”, trata do estudante que trabalha, como forma de aproximação do sujeito, tentando apreender as especificidades da escola noturna. A dissertação foi posteriormente publicada em livro, sob o título *Ensino noturno: realidade e ilusão* (Carvalho, 1984).

sociais em que está mergulhado o sujeito, aspectos cruciais a apontar os limites da ação socializadora dessa instituição.<sup>19</sup>

Se essa suposição é correta, as investigações mais recentes recorrem a novas abordagens, incluindo aquelas que dizem respeito às formas associativas e de expressão cultural dos segmentos juvenis, na medida em que se acentua a crise da escola e sua capacidade de intervenção socializadora sobre a população em idade escolar.

A evidência mais nítida dessa inflexão reside no acentuado crescimento da produção discente em torno do tema *Adolescentes em Processo de Exclusão Social*. A conjuntura pós-Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado em 1990, estimulou a investigação em torno das condições e modos de vida de adolescentes que moram nas ruas, nela exercem ocupações ou estão sob o abrigo das instituições públicas ou da sociedade civil. A expressão “processo de exclusão social” reúne, de forma ampla, um leque de situações e sujeitos designados de modo bastante impreciso pelos pesquisadores. Ora são menores carentes, trabalhadores de rua, meninos de rua, crianças excluídas, etc. Como um campo novo de interesse da pesquisa discente, torna-se necessário, preliminarmente, que a própria área reconsidere o uso indiscriminado da palavra “exclusão”, que passa a cobrir uma gama tão variada de situações, tornando pobre o seu uso. Ao ignorar os fenômenos da nova desigualdade e da inserção precária, como afirma Martins (1997), retira-se da noção o seu caráter processual e se estabelece, na prática, uma atribuição estática da condição do sujeito.

Do ponto de vista da luta política, a adoção uniforme de designações como meninos e meninas de rua, por exemplo, para cobrir a ampla faixa atingida pela proteção da legislação, revelou, em algumas situações, sua eficácia em introduzir nova esfera de legitimidade: a idéia de sujeitos de direitos em populações alvo do estigma diante de sua condição de “menores”. Mesmo assim, como alerta Rosemberg (1993), tais designações, na maioria das vezes, têm agravado certos estereótipos, ao invés de enfraquecê-los. Mas essa prática, sob o ponto de vista da produção do conhecimento, é expressão de um grau acentuado de indefinição teórico-metodológica e de tratamento uniforme de situações psicossociais extremamente diversas. Essa imprecisão dificultou até a identificação dos sujeitos escolhidos para a investigação, pois adolescentes e crianças foram tratados como categorias dissolvidas, sobretudo, em uma idéia abstrata de infância.<sup>20</sup> Por outro lado, não foi localizada nenhuma dissertação ou tese que examine a problemática de jovens em processo de exclusão na faixa etária que ultrapassa a maioridade legal, caracterizando, na área, uma produção de certo modo aprisionada pelos limites jurídicos fixados pela legislação em torno da maioridade.

Um traço marcante na produção discente sobre Juventude, tal como se observa na pesquisa educacional como um todo, decorre de sua feição propositiva. Em 1955, ao realizar um balanço das tendências predominantes no pensamento sociológico sobre a Educação, Antonio Candido identificava três grandes orientações: uma primeira – filosófico-sociológica – qualificada por suas preocupações em definir o caráter social do processo educativo, estabelecendo as articulações gerais entre o funcionamento da sociedade e a educação; a segunda – pedagógico-sociológica – buscava os elementos teóricos que pudessem ser traduzidos na possibilidade do bom funcionamento da escola, mas se transformava em componente da Pedagogia e da Administração Escolar; e, finalmente, um ramo em vias de constituição – a Sociologia da Educação –, que tentava, ao mesmo tempo, afastar-se do caráter especulativo da primeira tendência e do imediatismo presente na segunda orientação (Candido, 1973).

Ao que tudo indica, a produção discente na área de Juventude – inspirada tanto na Psicologia como na Sociologia da Educação – reiterou a vertente pedagógico-sociológica ou, ampliando o uso da expressão de Candido, pedagógico-psicológica, não pelo caráter imediatista das análises que visavam à superação dos problemas enfrentados pelos jovens e adolescentes na sociedade brasileira, mas

<sup>19</sup> A tese de doutorado de Guimarães (1995), que privilegiou, no estudo da escola pública da cidade do Rio de Janeiro, as suas relações com as galerias de jovens e o narcotráfico, traduz essas tentativas de novos aportes.

<sup>20</sup> É muito comum localizar trabalhos que pretendem avaliar experiências e projetos sem ao menos distinguir os sujeitos e sua peculiar inserção no percurso de vida. Por outro lado, a idéia de infância resgatou, de forma bastante positiva, a importância do direito a uma existência digna nesse momento do percurso vital.

por uma vocação voltada para a afirmação de princípios sobre a educação que defendiam a necessidade do seu componente crítico e, muitas vezes, revolucionário.

Percebe-se, sobretudo nos anos 90, alguma mudança em direção a um maior rigor analítico e certa moderação no discurso político-propositivo em grande parte da produção discente mais recente. Contudo, em temas ainda pouco investigados – como a questão da adolescência em processo de exclusão – permeados pela conjuntura política, o tom militante e engajado ainda prevalece na maioria dos estudos. É preciso ressaltar que a indignação e o compromisso ético-político não são, *a priori*, orientações negativas da pesquisa. Critica-se aqui um conjunto de perspectivas que fazem do envolvimento com o próprio objeto fator de empobrecimento do rigor intelectual e da perspectiva crítica inerente ao pensamento teórico.

Outra tônica bastante freqüente na produção discente, sobretudo a partir da década de 90, incidiu sobre a dominância quase absoluta dos estudos de natureza qualitativa.<sup>21</sup> A área, como um todo, fez a crítica à orientação positivista presente em um amplo conjunto de investigações de feição quantitativa, trilhou outros caminhos, abrindo veredas nos estudos qualitativos, sobretudo a partir dos anos 90, recorrendo à Antropologia ao se inspirar na vertente etnográfica.

Em alguns casos, foi sensível o avanço na compreensão densa de fenômenos que exigiram estudos em profundidade de práticas e orientação, como é o caso de algumas pesquisas sobre a escola. Mas, também, observou-se um duplo empobrecimento: de um lado, a adoção apressada de recursos metodológicos nascidos em outras disciplinas banalizou a própria pesquisa de feição qualitativa, cujos resultados, muitas vezes, foram pobres sob o ponto de vista da produção de conhecimento novo; de outro, desprezou a enorme contribuição que os estudos de natureza estatística podem oferecer ao investigarem grandes grupos. Poderíamos, de certo modo, afirmar que a ausência dos grandes diagnósticos e quadros oferecidos pelos estudos quantitativos resultou em sérios limites para as abordagens qualitativas que não conseguiram formular novos problemas e hipóteses para a pesquisa. Trata-se da repetição, sob o ponto de vista metodológico, de uma dicotomia estabelecida entre as abordagens micro e macrosociais, como afirma Zaia Brandão (2000), que tem atravessado a produção de conhecimento na área da Educação.

Finalmente, resta apontar que o conjunto da produção discente sobre o jovem procurou, em geral, estabelecer uma compreensão de sua condição a partir, sobretudo, de opiniões emitidas por esse sujeito nas situações que marcavam sua experiência, principalmente no que diz respeito à escola, tendo sido essa instituição o ponto de partida da maioria das pesquisas. Mas uma área de estudos sobre Juventude que privilegie os jovens na condição de sujeitos é mais do que o levantamento de suas opiniões. Assim, apesar do volume significativo de teses e dissertações, pode-se afirmar que ainda há um desconhecimento sobre a condição juvenil na sociedade brasileira, marcada por recortes intensos nas desigualdades sociais, culturais e étnicas que oferecem para pesquisa a realidade plural da juventude.

Resta o consolo da experiência de outros países, como a França. Não obstante o maior desenvolvimento dos estudos sobre Juventude, Mauger (1994) ainda aponta em seu balanço que a Sociologia da Juventude enquanto domínio de pesquisa sociológica naquele país, revestido de forte audiência política e de intenso teor profético, ainda padecia de fraca legitimidade científica e pouca consistência teórica no início dos anos 90. Propunha esse autor a seguinte questão: é necessário ajudá-la a ser ou a desaparecer?

Para nós, essa indagação se apresenta de forma mais aguda, pois só recentemente o tema Juventude tem aparecido no debate público e político, recoberto pelos processos de exclusão social que atingem crianças e adolescentes nas denominadas “situações de risco”. A ampla faixa que completa 18 anos só se constitui interesse em razão dos índices de violência e homicídio associados a esse segmento. Até recentemente, a fraca visibilidade da questão na esfera pública brasileira aliava-se à fraca penetração no âmbito da pesquisa educacional, demandando inúmeros esforços de adensamento teórico.

<sup>21</sup> Cerca de 50% dos trabalhos consultados declararam realizar estudos de caso, além de um número razoável apoiar-se em outras estratégias de natureza qualitativa, como a pesquisa-ação, a pesquisa participante, a etnografia, entre outras.



Hoje, a sociedade brasileira, de certa forma, volta sua atenção para o tema Juventude, sobretudo pelo reconhecimento da ausência de políticas públicas voltadas para esse segmento populacional, tendo o interesse por esse tema se intensificado nos últimos anos. Os trabalhos mais recentes na área da Educação, a partir de meados dos anos 90, tendem a se perfilar mais fortemente no campo da Sociologia, permanecendo um conjunto importante de pesquisas de inspiração psicológica sobre adolescência. Os focos temáticos relacionados à Juventude – o mundo do trabalho, mídia, etnia, grupos juvenis, participação política e violência – têm concentrado, nos últimos anos, perspectivas de estudo bastante promissoras. Os dois eixos teóricos estruturantes da produção discente sobre Juventude – a Sociologia e a Psicologia – parecem acenar com novas possibilidades e certamente seriam enriquecidos se houvesse uma abertura para a perspectiva da História, ainda ausente nesse tipo de investigação.<sup>22</sup> Talvez estejam sendo criadas as condições para um diálogo mais fecundo e promissor com os demais campos disciplinares externos à área da Educação, mas próximos pela afinidade temática, de modo a se constituir uma área sólida de investigação em torno dos estudos sobre Juventude no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Lais; LEÓN, Francisco; RIVEROS, Luis. *Las reformas sociales en acción: empleo*. Santiago: Organización de las Naciones Unidas, 1997.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a 'escola paulista'. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Idesp/Fapesp, 1995. v. 2.
- ATTIAS-DONFUT, Claudine. Jeunesse et conjugaison des temps. *Sociologie et Sociétés*, Montreal, v. 28, n. 1, 1996.
- BAUBY, P.; GERBER, T. *Singulière jeunesse plurielle*. Paris: Publisud, 1996.
- BRANDÃO, Zaia. *A escola em questão: evasão e repetência no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Para além das ortodoxias: o dialético micro/macro na Sociologia da Educação*. [S. l.: s. n.], 2000. Trabalho apresentado na XXIII Reunião Anual da ANPEd, versão em CD-ROM, 2000.
- BRASIL. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento Humano – CNPD. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, 1998. 2 v.
- BOURDIEU, P. De quoi parle-t-on quand on parle du "problème de la jeunesse"? In: PROUST, François (Org.). *Les jeunes et les autres: contributions des sciences de l'homme à la question des jeunes*. Vauresson: CRIV, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Questions de sociologie*. Paris: Minuit, 1980. cap.: La jeunesse n'est qu'un mot.
- CANDIDO, Antonio. Tendências no desenvolvimento da Sociologia da Educação. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. *Educação e sociedade*. São Paulo: Ed. Nacional, 1973.
- CARVALHO, Célia Pezzolo de. *Ensino noturno: realidade e ilusão*. São Paulo: Cortez, 1984.

<sup>22</sup> São pouquíssimos os estudos que buscaram uma perspectiva histórica, inserindo-se, entre eles, os que investigaram o movimento estudantil nas décadas de 60 e 70. Embora seja corrente o fato de a juventude ser tida como uma invenção da modernidade, estudos de feito histórico como aqueles desenvolvidos por Levi e Schmitt (1996) certamente enriqueceriam nossa compreensão sobre os modos como foi sendo construída socialmente a passagem da infância para a idade adulta na sociedade brasileira e suas principais representações.

- CHAMBOREDON, J. C. Adolescence et post-adolescence: la "juvénisation". In: ALLÉON, Anne-Marie; MORVAN, Odile; LEBOVICI, Serge. *Adolescence terminée, adolescence interminable*. Paris: PUF, 1985.
- DUBET, F. Des jeunesses et des sociologies: le cas français. *Sociologie et Sociétés*, Montreal, v. 28, n. 1, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Les lycéens*. Paris: Seuil, 1991.
- DUBET, F.; MARTUCCELLI, D. *À l'école: sociologie de l'expérience scolaire*. Paris: Seuil, 1996.
- FERRARI, Alceu. Diagnóstico da escolarização no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 12, set./dez. 1999.
- GALLAND, Oliveira. *Sociologie de la jeunesse: la entrée dans la vie*. Paris: Armando Colin, 1991.
- GATTI, Bernardete. Pós-graduação e pesquisa em educação no Brasil, 1978/1981. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 44, p. 317, fev. 1983.
- GUIMARÃES, Eloísa. *Escolas, galeras e narcotráfico*. Rio de Janeiro, 1995. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- HADDAD, Sérgio; SPOSITO, Marília P. *Juventude e educação: uma análise da produção de conhecimento*. São Paulo: Fapesp, 1999. Relatório científico final.
- JANKOWSKI, B. *Les gangs aux États-Unis: bilan de recherches*. [S. l.], 1992. Mimeografado.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LEVI, G.; SCHMITT, J. C. *História dos jovens*. São Paulo: Ed. das Letras, 1996. 2 v.
- MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: *Sociologia da juventude*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. v. 1
- \_\_\_\_\_. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. *Mannheim*. São Paulo: Ática, 1982. (Coleção grandes cientistas sociais).
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- MAUGER, Gérard. *Les jeunes en France: état des recherches*. Paris: La Documentation Française, 1994.
- MELUCCI, Alberto. *Il gioco dell'io*. Milão: Saggi/Feltrinelli, 1992.
- MORIN, E. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo, necrose*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- MUXEL, Anne. La formation des choix politiques dans les temps de la jeunesse: filiation et expérimentation. In: CHEVALIER, Jean (Org.). *L'identité politique*. Paris: PUF, 1994.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Sobre o pensamento sociológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.
- PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social*, Lisboa, v. 25, n. 105/106, 1990.

- PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, 1997.
- ROSEMBERG, Fúlvia. O discurso sobre criança de rua na década de 80. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 87, nov. 1993.
- SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude em Educação. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, 1997.
- VIANNA, H. (Org.). *Galerias cariocas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. cap.: Introdução.
- WARDE, Mirian Jorge. A produção discente dos programas de pós-graduação em educação no Brasil (1982-1991): avaliação & perspectivas. In: *AVALIAÇÃO e perspectiva na área de educação*. Brasília: ANPEd: CNPq, 1993.

## Orientadores das dissertações e teses levantadas

(continua)

NOMES	Nº DE DISSERTAÇÕES/TESES
COMIOTTO, Mirian Sirley	7
MOSQUERA, Juan Jose Mourino	7
TRIVIÑOS, Augusto	7
FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa	6
CARVALHO, Jose Carmelo Braz de	5
DAUSTER, Tania	5
BIAGGIO, Angela Maria Brasil	4
FINI, Maria Inês	4
FONTANELLA, Francisco Cock	4
MAHONEY, Abigail Alvarenga	4
PAVÃO, Zelia Milleo	4
SANDOVAL, Salvador Antonio Meireles	4
ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino	3
ALONSO, Myrtes	3
CAMARGO, Ana Maria Faccioli de	3
ENRICONE, Delcia	3
GATTI, Bernardete Angelina	3
KHOURI, Ivonne	3
LOFFREDI, Lais Esteves	3
MALUF, Maria Regina	3
MARTINS, Joel	3
MATA, Speranza Franca da	3

(continuação)

NOMES	Nº DE DISSERTAÇÕES/ TESES
MOLINA, Olga	3
NERI, Anita Liberalesso	3
PAIXÃO, Lyra	3
PICANÇO, Iracy Silva	3
SCHEEFFER, Ruth Nobre	3
SOARES, Magda Becker	3
VERHINE, Robert Evan	3
FIRME, Thereza Penna	3
SISTO, Fermino Fernandes	3
ANDREOLA, Balduino Antonio	2
AROUCA, Lucila Schwantes	2
ARROYO, Miguel Gonzalez	2
BAUMEL, Roseli Cecilia Rocha Carvalho	2
BAZILIO, Luiz Cavalieri	2
BERNARDES, Nara Maria Guazzelli	2
BURNHAM, Teresinha Froes	2
CALADO, Alder Julio Pereira	2
CAMPOS, Angela Valadares Dutra de Souza	2
CARELLI, Antonio	2
CARIOLA, Teresa Correa	2
CASTRO, Marta Luz Sisson de	2
COVRE, Maria de Lourdes Manzini	2
FARIAS, Sergio Coelho Borges	2
FERNANDES, Lucia Monteiro	2
FERREIRA, Nilda Teves	2
FERRETI, Celso João	2
FISCHER, Nilton Bueno	2
FLACH, José Arvedo	2
FRIGOTTO, Gaudêncio	2
GARCIA, Pedro Benjamim	2
GERMANO, José Willington	2
GIOVANETTI, Maria Amelia Gomes de Castro	2
GOLDBERG, Maria Amelia Azevedo	2
GOMES, Heloisa Szymanski Ribeiro	2
LINHARES, Celia Frazão Soares	2

(continuação)

NOMES	Nº DE DISSERTAÇÕES/ TESES
LOBO, Yolanda Lima	2
LUCE, Maria Beatriz Moreira	2
MOKREJS, Elisabete	2
MOULIN, Nelly de Mendonça	2
MOYSES, Lucia Maria Moraes	2
NOGUEIRA, Maria Alice	2
NOSELLA, Paolo	2
RESENDE, Anita Cristina Azevedo	2
ROAZZI, Antonio	2
RONCA, Antonio Carlos Caruso	2
SAVIANI, Dermeval	2
SILVA JUNIOR, Celestino Alves da	2
SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e	2
SOLARI, Carmen Lins Baia de	2
SOUZA, Yolanda de Castro e	2
SPOSITO, Marília Pontes	2
TANUS, Maria Ignez Jofre	2
TEIXEIRA, Maria Cecília Sanchez	2
TIJIBOY, Juan Antonio	2
VIEIRA, Evaldo Amaro	2
ALMEIDA, Laurinda Ramalho de	2
ALMEIDA, Maria Angela Vinagre de	1
ALMEIDA, Sandra Francesca Conte de	1
ALMEIDA, Zilah Xavier de	1
ALVAREZ ARAGON, Virgilio	1
ALVES, Gilberto Luiz	1
ALVES, Kleide Marcia Barbosa	1
ANDRÉ, Marli E. D. A. de	1
ARAGÃO, Rosalia Maria Ribeiro de	1
ASSIS-PETERSON, Ana Antonia de	1
ASSMANN, Hugo	1
AVELAR, Lucia Mercedes de	1
AVILA, Vicente Fideles de	1
AZEVEDO, Janete Maria Lins de	1
BAETA, Anna Maria Bianchini	1

(continuação)

NOMES	Nº DE DISSERTAÇÕES/ TESES
BALZAN, Newton Cesar	1
BARBOSA, Ivone Garcia	1
BARRIGUELLI, Jose Claudio	1
BARUFI, Luadir	1
BASTOS, Ana Cecilia Bittencourt	1
BASTOS, Jesus de Alvarenga	1
BECKER, Fernando	1
BEIDER, Malca Dvoira	1
BELLONI, Maria Luiza	1
BONAMIGO, Euza Maria Rezende	1
BRUM, Eron	1
BRUNO, Lucia Emilia Nuevo Barreto	1
BURNHAM, Terezinha Froes	1
CALADO, Alder Julio Ferreira	1
CALAZANS, Maria Julieta Costa	1
CAMPOS, Joaquim Pedro de Souza	1
CAMPOS, Maria Machado Malta	1
CANEDO, Leticia Bicalho	1
CARVALHO, Edgard de Assis	1
CASTRO, Amelia Domingues	1
CASTRO, Ramon Pena	1
CESAR, Constança Marcondes	1
COSTA, Liana Fortunato	1
COSTA, Ramonaval Augusto Costa	1
COX, Maria Ines Pagliarini	1
CRAIDY, Carmem Maria	1
CRESCO, Ataliba Vianna	1
CUNHA, Luiz Antonio	1
D'ANTOLA, Arlette Rosa Magdalena	1
DALLAGO, Maria Lucia Lopes	1
DAMASCENO, Maria Nobre	1
DESSEN, Maria Auxiliadora da Silva	1
DIAS, José Augusto	1
DOMINGUES, Maria Herminia Marques da Silva	1
DOXSEY, Jaime Roy	1

(continuação)

NOMES	Nº DE DISSERTAÇÕES/ TESES
D'EL-REY, Denise Cesar Homem	1
EIZIRIK, Marisa Faermann	1
EKSTERMAN, Abram	1
ELLIOT, Ligia Gomes	1
ERN, Edel	1
ESPOSITO, Vitoria Helena Cunha	1
FARIA JUNIOR, Alfredo Gomes de	1
FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque	1
FÁVERO, Osmar	1
FERREIRA, Adir Luiz	1
FERREIRA, Julio Romero	1
FLEURY, Educardo	1
FOLBERG, Maria Nestrovsky	1
FONSECA, João Pedro da	1
FRANCO, Maria Estela Dal Pai	1
GADOTTI, Moacir	1
GARCIA, Acacia Maria Costa	1
GEBARA, Ademir	1
GOLDENBERG, Sergio	1
GOMES, Candido A.	1
GOMES, Carlos Minayo	1
GOMES, Jerusa Vieira	1
GOMES, Romeu	1
GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira	1
GONÇALVES, Obed	1
GRINSPUN, Mirian Paura Zippin	1
GUEDES, Maria do Carmo	1
HAMBURGER, Ernst Wolfgang	1
HOLMESLAND, Icara da Silva	1
IRELAND, Timothy Denis	1
IRELAND, Vera Esther Jandir da Costa	1
JACOBI, Pedro Roberto	1
JARRY, Roberto	1
KONDER, Leandro	1
KOSMINSKY, Ethel Volfzon	1



(continuação)

NOMES	Nº DE DISSERTAÇÕES/ TESES
KRAWCZYK, Nora Ruth	1
KUENZER, Acacia Zeneida	1
LEAL, Maria Cristina	1
LIBANEO, Jose Carlos	1
LINS, Daniel Soares	1
LOFFREDI, Olga Nietta	1
LOURO, Guacira Lopes	1
LUCAS, Liney Orlandina	1
LUCK, Heloisa	1
LUCKESI, Cipriano Carlos	1
MACEDO, Elizabeth Fernandes de	1
MADEIRA, Margot Campos	1
MADEIRA, Vicente de Paulo Carvalho	1
MAIMONI, Eulalia Henrique	1
MALUFE, José Roberto	1
MARIN, Alda Junqueira	1
MARQUES, Juray C.	1
MARSON, Fernando	1
MARTELLI, Anita Favaro	1
MARTINS, Elza Rodrigues	1
MATTAR, Maria Olga	1
MATTIAZZI, Benjamin	1
MAZZOTTI, Alda Judith Alves	1
MIRANDA, Ana Elisabeth Bastos de	1
MIRANDA, Glaura Vasques de	1
MORAES, Carmen Sylvia Vidigal de	
MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa	1
MOROZ, Melania	1
MOURA, Irineu	1
NALE, Nivaldo	1
NESTROVSKY, Maria	1
NOVASKI, Augusto J. C.	1
NUNES, Leila Regina de Paula	1
OLIVEIRA, Fernando Antonio Leite de	1
OLIVEIRA, José Severino N. de	1

(continuação)

NOMES	Nº DE DISSERTAÇÕES/ TESES
OLIVEN, Arabela C.	1
PAIVA, Edil Vasconcellos de	1
PAIVA, José Maria de	1
PAIXÃO, Lea Pinheiro	1
PASSOS, Elizete Silva	1
PERALVA, Angelina Teixeira	1
PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar	1
PIMENTA, Selma Garrido	1
PINTO, Celi Regina Jardim	1
PIOZZI, Patrizia	1
IVATTO, Pergentino Stefano	1
PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza	1
PONDE, Gloria Maria Fialho	1
PRADO, Fernando Dagnoni	1
PUCCI, Bruno	1
RANGEL, Mary	1
RASCHE, Vania	1
REZENDE, Antonio Paulo de Moraes	1
RIBEIRO, José Ribamar	1
ROCHA, Anna Bernardes da Silveira	1
ROSA, Jorge La	1
SÁ, Lais Maria Borges de Mourão	1
SAMPAIO, Roosevelt Pinto	1
SANCHEZ MARTIN, Sebastián	1
SANT'ANNA, Catarina	1
SERPA, Luiz Felipe Perre	1
SEVERINO, Antonio Joaquim	1
SILVA, Esperdito Pedro da	1
SILVA, Ezequiel Theodoro da	1
SILVA, Heloisa Maria Cardoso da	1
SILVA, Jair Militão da	1
SILVA, Maria de Lourdes Ramos da	1
SILVA, Rinalva Cassiano	1
SILVA, Tomaz Tadeu da	1
SOUSA, Clarilza Prado de	1

(conclusão)	
NOMES	Nº DE DISSERTAÇÕES/TESES
SOUZA, Maria Cecilia Cortez Christiano de	1
STOBAUS, Claus Dieter	1
TAPIA, Luis Ernesto Rodrigues	1
TCHAIKOVSKY, Fany Malin	1
TEIXEIRA, Elza Vieira de Souza	1
TESSER, Ozir	1
TORRES, Artemis Augusta Mota	1
TOSCHI, Eny	1
TOURINHO, Emanuel Zagorry	1
TREIN, Eunice Schilling	1
VALENTE, Ana Lucia Eduardo Farah	1
VALLA, Victor Vincent	1
VALLADARES, Licia do Prado	1
VARGAS, Nazira Abib	1
VEIT, Laetus Mario	1
VIEIRA, Paulo Reis	1
VITAL BRAZIL, Circe Navarro	1
WARDE, Mirian Jorge	1
WEBER, Silke	1
ZUBEN, Newton Aquiles Von	1

**Total de orientadores: 252**

**Total de dissertações e teses: 387**

